

**Indicadores de desempenho nas Universidades Estaduais Paulistas
(Projeto FAPESP 2019/10963-7)**

**Pró-memória da reunião de pesquisadores associados
Reunião via Zoom – 26.08.22 das 09h30 às 11h00**

Participantes:

Jacques Marcovitch, Justin Axel-Berg, Pedro Belasco, Dulce Silva, Elizabeth Balbachevsky, Luiz Nunes, Nina Ranieri, Marisa Beppu.

Ausência justificada: Renato Pedrosa.

Pauta:

1. Iniciativa Métricas/Dora: resultados do seminário de 19.08 e informe final.
2. Evolução do III Curso Métricas e Planos de Transformação Institucional.
3. Plano Métricas 2023/2025.
4. Repensar a Universidade III: plano da obra.
5. Anexo I: A nova internacionalização – Elizabeth Balbachevsky.

1. Iniciativa Métricas/Dora: resultados do seminário de 19.08 e informe final.

Justin Axel-Berg apresentou os resultados do [Workshop Metricas/DORA sobre práticas de avaliação no contexto brasileiro](#), realizado em 19 de agosto de 2022.

Nina Ranieri sublinhou a falta de conhecimento sobre a Declaração de São Francisco e o manifesto Leiden. Uma apresentação e discussão do conteúdo dos documentos mereceria ocorrer junto às comissões de pós-graduação e pesquisa, especialmente na USP e Unicamp, já que são universidades signatárias. A difusão desses conteúdos e sua motivação carece de referência constante. Informa que está atualmente trabalhando em um artigo, e deve incluir referências aos princípios de avaliação responsável em seu conteúdo.

Na USP, a instância articuladora desse debate é a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. O professor Paulo Nussenzeig (Pró-reitor de pesquisa e inovação da USP) já publicou portarias contendo uma referência expressa que as métricas quantitativas são insuficientes para atuar como medidas de julgamento da qualidade da pesquisa. Tanto na UNESP quanto na Unicamp, essa responsabilidade pode ser assumida pelos gabinetes das vice-reitorias.

Marisa Beppu sugere a adoção de vídeos curtos com uma linguagem adequada para uma ampla divulgação das propostas e conteúdos veiculados pelo projeto.

Dulce Silva menciona que a UNESP prioriza a sensibilização da comunidade antes de assinar a DORA. No momento, a Universidade realiza processos para contratação de docentes e pesquisadores, e percebe o benefício que a adesão aos princípios de

avaliação responsável pode trazer a esse recrutamento. Em seguida, pontuou que ex-alunos poderiam também ser vozes para contribuir na defesa dessa agenda.

2. III Curso e Interface com outros estados

Apresentação III Curso ([vide anexo](#))

Jacques Marcovitch informou aos participantes sobre interações com instituições de outros estados da federação:

- A FAPECE solicitou vagas na IV edição do curso para participantes da UFPE, UFRPE, FACEPE e UNIVASF para formação de competências no estado de Pernambuco.
- UFMG – O projeto Métricas fará uma sessão de trabalho dedicada a métricas de desempenho acadêmico a convite do pró-reitor de pesquisa da Universidade. O interesse da instituição é fomentar o uso de métricas para além da competição internacional e de uma lógica produtivista, e sim de beneficiar-se da participação no projeto para orientar uma gestão de indicadores voltada às demandas da sociedade.

3. Plano Métricas 2023-2025

Jacques Marcovitch apresentou as prioridades do projeto para o próximo ciclo, cuja proposta será enviada à Fapesp em setembro.

Nina Ranieri solicitou a inclusão do ODS 16 - Democracia, paz e fortalecimento das instituições. Ressaltou que se trata de uma demanda premente da sociedade. Particularmente, a Faculdade de Direito deveria engajar-se nesse tema com contribuições mensuráveis. Esta demanda será incorporada na proposta.

Elizabeth Balbachevsky propôs uma extensão ao tópico de métricas centradas na sociedade, prevendo conversas estruturadas com representantes da sociedade para criação e validação de indicadores. O CHEPS (Center for Higher Education Policy Studies) já realizou um projeto semelhante.

Nesses exercícios, o projeto deverá oferecer certificados de participação e convidar lideranças políticas, da sociedade civil, dos sindicatos, da indústria, de ongs etc., para o debate sobre o impacto das universidades, em linha com a ideia de pesquisa participativa. Informa, ainda, que desenvolveu em parceria com uma colega chinesa da Universidade de Tampere, uma tipologia de internacionalização que propõe alinhar esses objetivos das universidades com os nacionais.

Diz que devemos avaliar a aplicabilidade da adaptação dessa iniciativa ao contexto brasileiro. Para o caso da China, os resultados dessa pesquisa trouxeram um claro alinhamento com as estratégias de *soft power* daquele país. No caso brasileiro, caberia verificar o alinhamento estratégico de políticas ligadas às ações do Itamaraty e do governo federal. Inicialmente, propõe-se uma conversa com o nível de secretariado de Estado. Acrescenta que encaminhou um sumário desse trabalho (anexo ao fim do documento).

Dulce Silva apresentou um desafio de como aumentar o alcance do projeto dentro das universidades. A incorporação de um profissional de jornalismo deve aprimorar a ideia de comunicar-se em formatos de vídeos curtos. Organizar eventos internamente às universidades pode ser útil para aumentar o alcance do projeto. Quantos órgãos centrais de administração das universidades foram engajados nesse último ano? Qual o grau de engajamento de pró-reitorias e conselhos? Estas são questões que podem ajudar a mapear internamente a aproximação com as instituições de forma estruturada.

Luiz Nunes argumentou que a porção relativa às temáticas amazônicas do projeto deve contar com o envolvimento de pesquisadores da região Norte do Brasil. Menciona que já houve interações com pesquisadores da UEA e da UFPA, cabendo considerar a UFAM entre outras.

Marisa Beppu salientou a importância de se ressaltar que o conhecimento produzido nas atividades do projeto, por exemplo, os fóruns, não são necessariamente conclusões de caráter universal. As dimensões e distâncias culturais do Brasil impedem generalizações das propostas em quase todos os aspectos. Programas de pós-graduação em diferentes áreas podem ter, e terão, ambições diferentes. É preciso dar atenção e voz às realidades de diferentes ecossistemas, como forma de empoderar as universidades a produzir políticas e indicadores adequados às suas realidades regionais, culturais etc.

4. Repensar a Universidade III: plano da obra

Informe e prazo estendido até final de setembro.

Anexo I - A nova internacionalização – Elizabeth Balbachevsky

Nos últimos vinte anos, houve várias tentativas de categorizar a internacionalização do ensino superior, de acordo com seus direcionamentos, funções e atividades. No entanto, a maioria dessas abordagens são da perspectiva do próprio setor de ensino superior. Para resolver esta situação, Brandenburg et al. (2020) desenvolveram o conceito de 'internacionalização no ensino superior para a sociedade'. Balbachevsky, Cai, Eggins e Shenderova¹ propõem uma tipologia bidimensional simples para avaliar essa dimensão nos processos de internacionalização do ensino superior. Nesta tipologia, a primeira dimensão refere-se ao grau de alinhamento entre as políticas de internacionalização do ensino superior e os motores nacionais da cooperação política internacional. A segunda dimensão é o alinhamento das políticas de apoio à internacionalização do ensino superior com os motores da cooperação econômica internacional do país.

Assim, quando as políticas de apoio à internacionalização do ensino superior estão alinhadas com os motores nacionais de cooperação política internacional e cooperação econômica, temos um processo de internacionalização do ensino superior para um amplo engajamento social. Quando esses processos são principalmente guiados pelos impulsionadores do país para a cooperação econômica, mas têm uma ligação frouxa com os impulsionadores do país para a cooperação política internacional, a internacionalização do ensino superior é principalmente projetada para atrair talentos globais e conhecimento avançado. Por outro lado, quando os objetivos do país para a cooperação política internacional são o principal impulsionador das políticas de internacionalização do ensino superior, temos a internacionalização do ensino superior para a expansão do *soft power*². Por fim, nossa tipologia permite identificar uma quarta situação, bastante comum, quando as políticas de internacionalização do ensino superior não estão alinhadas com as estratégias do país de cooperação econômica ou política internacional. Nesta situação, a internacionalização serve apenas às instituições de ensino superior do país, ao mesmo tempo que promove a reputação global do sistema de ensino superior por si só.

Do ponto de vista das nossas universidades, em particular as universidades públicas, os desenvolvimentos recentes na pandemia da COVID-19 criaram uma sensibilidade especial para a relevância da sua interlocução com a sociedade. Assim, uma questão central para nosso estudo está em estabelecer em que medida as políticas institucionais internas estão: 1) Ativamente buscando o alinhamento de suas iniciativas de internacionalização com prioridades nacionais em política externa e/ou nas estratégias de desenvolvimento nacional. 2) A depender da resposta positiva na primeira questão, quais estratégias adotadas para promover esse alinhamento; e, 3) avaliar o sucesso maior ou menor desse alinhamento

¹ BALBACHEVSKY, Elizabeth *et al* (Orgs.), **Building higher education cooperation with the EU: challenges and opportunities from four continents**, 1. ed. Leiden: Brill/Sense, 2021.

² NYE, Joseph S., Soft power, **Foreign policy**, n. 80, p. 153–171, 1990.